



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG
PROCURADORIA GERAL

Processo Administrativo nº 5.119/2017

Pregão Eletrônico nº 16/2017

Órgão solicitante: Pregoeira e Equipe de apoio

Sra. Pregoeira

Vem esta Procuradoria novamente manifestar sobre a impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº 16/2017 (cujo objeto é aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza) na forma abaixo.

Relatório.

Novamente impugna o presente edital a empresa Comercial Soares e Mota Ltda-ME (P.A. nº 7.287/2017) cujo pedido, em síntese, transcreveremos:

"[...]Portanto, o enquadramento das empresas que irão participar é o de comércio atacadista ou distribuidor. Não se pode enquadrar nenhuma empresa licitante desse processo como varejista, conforme definição ad Resolução 16/2014 da ANVISA.

Conclui-se que o Município está obrigado a cobrar a Autorização de Funcionamento - AFE de todos os licitantes que vierem a vencer os itens em que aquela é exigida."

Eis o relatório. Segue o parecer.

Inicialmente cabe destacar que a Vigilância Sanitária do Município já analisou as impugnações anteriormente apresentadas e já emitiu, após percuente análise dos termos deste edital, sua análise técnica (fls 389 anverso e verso).

A presente impugnação tem por escopo exigir que o Município exija dos licitantes vencedores a AFE sob o argumento de que só podem participar deste certame empresas atacadistas.

Em que pese o zelo do impugnante, tal argumento não deve prosperar.



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG

PROCURADORIA GERAL

A uma, porque não há lei que obrigue a Administração Pública, em certames licitatórios, a só adquirir produtos de empresas atacadistas e excluir as empresas varejistas.

Como é do conhecimento do licitante impugnante, há sim, norma legal que obriga a Administração a adquirir produtos de empresas que sejam ME/EPP ou equiparadas.

Dizer que, pela grande quantidade a ser adquirido do objeto deste pregão eletrônico, o Município só possa contratar com empresas atacadistas é jogar por terra Princípio Constitucional insculpido no inc. IX do art. 170 da CF/88.

A duas, e principalmente, porque na retificação proferida por esta municipalidade já há a previsão da exigência da AFE para assinatura do contrato, dispensada apenas no caso do licitante ser comércio varejista.

A três. Exigir que só participem empresas atacadistas fere de morte o art. 3º da Lei 8.666/93 que assim dispõe:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)”

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991”

Andre



MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG
PROCURADORIA GERAL

Por fim cabe trazer à baila algumas deliberações do TCU sobre os editais de licitação:

“A licitação não deve perder seu objetivo principal, que é obter a proposta mais vantajosa à Administração, mediante ampla competitividade, a teor do art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1734/2009 Plenário (Sumário)

Abstenha de incluir cláusulas em edital que venham a impor ônus desnecessários aos licitantes, (...) por implicar restrição ao caráter competitivo do certame, em violação ao art. 3º, caput, da Lei 8.666/1993. Acórdão 1227/2009 Plenário

Promova o devido processo licitatório, na contratação de obras, serviços e fornecimento de bens, de forma a perseguir a proposta que seja mais vantajosa para o órgão, nos termos dos princípios estatuídos pela Lei nº 8.666/1993. Acórdão 279/2008 Plenário


É inconstitucional e ilegal o estabelecimento de exigências que restrinjam o caráter competitivo dos certames. Acórdão 539/2007 Plenário (Sumário)

Observe rigorosamente as disposições contidas no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988 c/c o art. 3º da Lei nº 8.666/1993, obedecendo aos princípios constitucionais da publicidade, da igualdade, da isonomia e da impessoalidade, de modo a impedir restrições à competitividade. Acórdão 819/2005 Plenário”

Diante do exposto, com fulcro na anterior análise da Vigilância Sanitária do Município (fls 389 anverso e verso), na retificação publicada no dia 04 de maio e enviada ao impugnante, no art. 3º da Lei 8.666/93 e o que mais consta nestes autos, opina esta PGM pela total improcedência da impugnação apresentada pelo licitante CSM Ltda-ME (Processo Administrativo nº 7.287/2017).

É, s.m.j., o parecer.

Patos de Minas-MG, 15 de maio de 2017.


André Luiz Costa Martins Wilson
Advogado
OAB-MG 64757